



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 3.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. Vasco Gonçalves Guiva

Secretário: Exmo. Sr. Aerton do Rosário Crisóstomo

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 14 horas e 10 minutos.

A 3.ª Comissão Especializada Permanente (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública) deu continuidade à análise conjunta, na generalidade, do Orçamento Geral do Estado (OGE) e das Grandes Opções do Plano (GOP) para o ano

económico 2016. Usaram da palavra, além do Sr. Ministro da Administração Interna (Arlindo Ramos), os Srs. Deputados Fernando Maquengo (MLSTP/PSD), José António (ADI), Abnildo d'Oliveira (ADI) e Jorge Correia (PCD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 14 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — (Vasco Guiva) Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 14 horas e 10 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Managem

Carlos Manuel Cassandra Correia

Mário Fernando

José Carlos Cabral d'Alva

Ivo da Costa

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo

Maria das Neves Batista de Sousa

Vasco Gonçalves Guiva

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias Correia

Sr. Ministro da Administração Interna e o elenco que o acompanha, muito boa tarde.

Estamos na fase da discussão das Grandes Opções de Plano e do Orçamento Geral do Estado na especialidade e, por isso, pediríamos ao Sr. Ministro que fizesse uma abordagem das acções que pretende desenvolver em 2016 e, conseqüentemente, se o Orçamento Geral do poderá dar cobertura a essas mesmas acções.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. **Ministro da Administração Interna** (Arlindo Ramos):— Sr. Presidente, Srs. Deputados: No âmbito daquilo que são os objectos do Ministério da Administração Interna, na vertente da prevenção e de combate à criminalidade, programámos para 2016 algumas acções constantes do Orçamento Geral do Estado e não só, sobretudo no que tange à continuidade das acções de 2015, particularmente no que concerne a modernização das infra-estruturas e formação dos polícias, visando uma maior cobertura e uma maior acção, no âmbito daquilo que chamamos de prevenção à criminalidade.

Quando fomos empossados, no diagnóstico que fizemos da situação das forças policiais, constatámos que havia uma necessidade urgente de formação dos polícias, de reabilitação das infra-estruturas, o que por sinal já havia ideias dos governos anteriores no que concerne a reabilitação de alguns comandos distritais. Foi isso que fizemos em 2015, dar continuidade às acções que já nos anos transactos tinham iniciado, visando uma maior operacionalidade das forças policiais. O que fizemos foi assumir os compromissos que haviam já assumido anteriormente e concluir alguns que infelizmente por falta de meios não foi possível cumprir cabalmente, o que estava orçamentado para 2015. Por isso, no orçamento de 2016, aparece algumas acções de continuidade das acções iniciadas em 2015 sobretudo no âmbito das infra-estruturas e na aquisição de bens e serviços.

Portanto, é o que tenho para abordar em primeira mão e, por aquilo que ouvi da discussão do anterior ministério, espero também alguma contribuição das Sras. e Srs. Deputados, para o crescimento do orçamento do Ministério da Administração Interna.

O Sr. **Presidente**: — Não estando presente o Sr. Ministro das Finanças, acho que o tecto não vai aumentar. Risos gerais.

Falando da Ordem Interna, significa falar da Polícia Nacional, Forças de segurança, Bombeiros, Polícia Fiscal Aduaneira, etc.

Alguma questão, Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, aproveito o ensejo para desejar-lhes um bom ano, muita força e trabalho.

A minha questão, Sr. Ministro, vai para a questão dos incêndios. É uma questão que vem assolando o País e qualquer Estado tem que ter um arsenal para conter esse flagelo que muitas vezes pode ser causado pelo homem ou por um fenómeno natural. Falando disso, tenho a dizer o seguinte: recentemente, ouvimos dizer que o Governo adquiriu duas viaturas e, durante as discussões aqui do OGE, falou-se da sua «fragilidade» e não sei se corresponde à verdade. Sendo a Protecção Civil e Bombeiros uma das unidades do seu Ministério, gostaria de saber que garantias – sabemos de antemão que não existem garantias totais contra o incêndio – mínimas este Governo pode dar para fazer face a esse flagelo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**:— Sr. Presidente, Sr. Deputado, antes de responder propriamente à questão posta, gostaria que fizéssemos uma abordagem do que são as características das nossas habitações em São Tomé e Príncipe. Primeira coisa.

O tipo de construções que temos facilita a propagação de incêndio, principalmente quando se trata também da negligência de algumas pessoas, quando sabem de antemão quando devem tomar algumas medidas preventivas de forma a evitar os incêndios. Enquanto continuarmos a ter esse tipo de construções, os riscos continuarão a ser os mesmos. Por isso, no âmbito daquilo que é a nossa atribuição, para além dos equipamentos que vamos adquirindo para apetrechar a Polícia Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, também vamos fazer os nossos trabalhos de sensibilização junto das populações, de forma a terem mais cuidado, no âmbito daquilo que é a prevenção de incêndios. É verdade e reconhecemos que ultimamente tem havido um número crescente de incêndios e muitas vezes quando os Serviços de Bombeiros aparecem as casas já estão dizimadas pelo fogo.

Como todos sabem, em 2015, para além de uma oferta que recebemos de uma associação não-governamental sediada em França, o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros não tinham sequer uma viatura de combate aos incêndios. Portanto, temos uma cisterna com capacidade para 8 000 litros de água, que funcionava através de motobomba e isso não ajudava naquilo que chamamos de combate aos incêndios. Por isso, definimos como tarefa urgente o apetrechamento do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiro. Em meados de Maio/Junho, recebemos um carro dessa associação com as condições normais e enveredamos também pela aquisição de mais carros de combate a incêndios. Foi nesta base que, através da parte social, no que concerne a Agência Nacional de Petróleo, conseguimos adquirir seis carros de bombeiros de diferentes características, não dois, sendo dois carros com capacidade acima dos 15 000 litros, dois com capacidades acima de 8 000 litros e dois com capacidade entre 2 a 4 000 litros de água. Portanto, foi na base do elevado número de incêndios que fez com que conseguíssemos esse número de viaturas.

Ouvi dizer aqui que as viaturas são velhas e usadas. Quero só assegurar aos Srs. Deputados que as viaturas foram fabricadas por encomenda do Governo são-tomense. As viaturas são novas e saíram da fábrica directamente para São Tomé e Príncipe...

Aplausos do ADI.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**:— ...e essas viaturas serão colocadas em diferentes pontos críticos do nosso país. Em São Tomé, vamos colocar no Distrito de Mé-Zóchi duas viaturas, sendo uma com capacidade acima de 15 000 litros e outra com capacidade de 8 000 litros; na Região Autónoma do Príncipe, vamos colocar uma viatura com capacidade de 8 000 litros e no Distrito de Água Grande, três viaturas com capacidade de 15, 8 e de 4 000 litros, para locais de difícil acesso. Portanto, é nesta base que estamos a trabalhar.

Para além das viaturas, hoje temos já equipamentos para combate a vários tipos de incêndios, provocados por produtos químicos, por curto-circuito ou incêndios normais e também temos uma equipa de nadador salvador, devidamente equipados que ainda neste fim do ano também esteve na prevenção dos afogamentos, o que notámos.

Há várias acções em curso e acho que a garantia que podemos dar é continuar a formar e apetrechar o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros com meios suficientes para combater incêndios, tendo em conta as características próprias das nossas construções.

O Sr. **Presidente**: — Escutando o Sr. Ministro falar sobre a questão da distribuição de viaturas, fiquei inquieto por saber que o meu Distrito de Cantagalo não será beneficiado. O Sr. Ministro é tutelar da área de descentralização e sabe que a Câmara Distrital de Cantagalo, ainda no ano 2015, fez deslocar a Lisboa seis jovens para uma formação de capacitação em protecção civil e bombeiros e até este dado momento ainda não estão em operacionalidade devido à falta de meios rolantes, neste caso viaturas para o combate ao incêndio. Não seria um passo de início alocar uma das três que ficaram para Água Grande para Cantagalo, de certa forma a prevenir também, caso haja algum incidente como aconteceu no final do ano 2015? Até que a operacionalidade de Água Grande se efective, para se deslocar a Cantagalo, não faz sentido alocar uma viatura, tendo em conta que temos homens treinados, capacitados, formados e só lhes falta mesmo

acção e viaturas para poderem demonstrar o que foram a Lisboa aprender, o que o Estado gastou para que eles pudessem prestar o serviço?

Tem a palavra o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António** (ADI):— Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos a falar da questão de combate aos incêndios e fico preocupado, porque quando se fala da Protecção Civil em São Tomé e Príncipe, fala-se sobretudo da questão de combate aos incêndios. O Sr. Ministro já havia feito referência ao tipo de construção que temos em São Tomé e Príncipe, grande parte delas é de madeira e sabemos que madeira é um combustível e então há uma preocupação. Independentemente do tipo de construção, há aqui uma questão que é preciso ter atenção que tem a ver com a política de urbanização, porque quando a equipa de bombeiros se desloca ao local de incêndio, independentemente de poderem chegar já um pouco tarde e sendo as casas de madeira não poderem extinguir o incêndio, há outra questão que tem a ver com a via de acesso, acessibilidade a essas habitações. Por isso volto a falar da transversalidade. Temos que discutir essas questões e a discussão deve ser muito mais ampla, tendo em conta que em São Tomé e Príncipe temos um problema que tem a ver com a urbanização. Se também não começarmos a olhar para essa situação e procurarmos uma forma de, a pouco e pouco, ir colmatando essa situação, poderemos ter carros de bombeiros e ter tudo, mas vai ser um bocado difícil extinguir incêndios. É por isso que acho que temos que começar a ter atenção.

Já que estou no uso da palavra, gostaria de aproveitar para felicitar o Ministério, porque nós todos tomamos conhecimentos de que a quadra festiva passou de forma relativamente tranquila, o que tem a ver com os esforços do Ministério de Ordem Interna e dos outros ministérios, de forma conjugada. Por isso, gostaria de aproveitar também para felicitar o Sr. Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro pode registar as preocupações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Sr. Presidente, de facto vejo aqui um esforço do Governo para nos garantir uma boa segurança interna. Faço minhas as palavras do Sr. Deputado José António, para felicitar o Governo pela acção pró-activa que teve durante a quadra festiva.

Dando uma olhadela aqui no que é a proposta do seu sector, tendo em conta a modernização dos serviços, particularmente quando se fala na «operacionalização da Polícia Nacional», acabamos de ter aqui o Ministro dos Direitos Humanos, não vejo aqui nenhuma rubrica para aquisição de equipamentos modernos, sobretudo quando estamos numa operação com a população. Hoje em dia, a nossa polícia ainda usa bala verdadeira, quando nos dias que correm há outros mecanismos. O discurso que temos é que não temos como ter outro. Nesse sentido, gostaria de propor ao Sr. Ministro que incitasse esforços junto aos parceiros de cooperação, no sentido de dotar a Polícia Nacional desses meios. Há bastões próprios, não aqueles de madeira, há balas de borracha, gás lacrimogénios, etc. Portanto, no âmbito de parcerias de cooperação, que a nossa polícia seja bem apetrechada, para corresponder àquilo que é a segurança e garantir também a salvaguarda dos direitos dos cidadãos.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**:— Sr. Presidente, eu começaria pela reocupação do Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, no que concerne a segurança e o uso de munições reais. Não sei se as pessoas têm notado que eu sempre defendi que não há segurança quando a polícia actua com balas reais. Nenhuma segurança é garantida, quando as forças responsáveis por essa garantia usa balas reais para manter a segurança. Nos últimos tempos, não sei se notaram, mas a orientação precisa que dei é que a polícia evitasse ao máximo o uso de armas de fogo reais, no que concerne a manutenção da ordem pública. Encetamos contactos, mas sabem também que muitas vezes queremos fazer ou adquirir essas coisas, mas esses materiais não são baratos. E o que fizemos é, no âmbito da parceria com alguns países, encontrar a solução para esse fim. Foi nesse sentido que encetamos, em 2015, vários contactos e felizmente a nossa amizade com a República de Angola, tanto no âmbito Estado/Estado, como no âmbito pessoal, entre colegas de profissão, conseguimos alguma ajuda pontual, não como queríamos, mas conseguimos alguma ajuda. É nesse âmbito que equipamos a Polícia com esses tipos de materiais. Não são visíveis e não têm que ser publicitadas, é um trabalho preventivo que fazemos e pensamos que estamos a dar o melhor de nós em relação a esse aspecto levantado pelo Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado José António, gostaria de dizer que o problema de incêndio, da urbanização e de acessos são problemas reais, mas nós, o Ministério de Administração Interna, temos estados a sugerir algumas medidas neste âmbito da urbanização e da disciplina que deve haver. Muitas das vezes não temos acesso mesmo. Os bombeiros não conseguem chegar ao foco de incêndio e a população muitas vezes interpretam muito mal essa nossa actuação, mas temos que passar por cima de algumas casas, temos que entrar a força ou temos que destruir outras casas para poder salvar algumas. O que fazemos quando há essa dificuldade é tentar salvar as casas que estão à volta daquela que já está em

chama. É isso que fazemos constantemente e tem tido resultado positivo nesta área. Por isso, para esta questão de urbanização e acesso, como o Sr. Deputado disse, temos que ter uma política, de forma a permitir que outras forças actuem serenamente.

Sr. Deputado e Presidente da 3.^a Comissão levantou uma questão que, na abordagem que fiz da descentralização que fazemos, não esqueci, passou-me por lapso. A primeira questão é que infelizmente temos um Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros que não existe. Existe por nome, existe fisicamente, mas em termos de lei não existe. E o que fizemos foi tentar elaborar uma proposta de lei de Protecção Civil e Bombeiros e definir concretamente o que é que queremos para o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros. Por ausência de infra-estruturas em alguns distritos, principalmente em Santana e Guadalupe, capitais dos Distritos de Cantagalo e de Lobata, o que decidimos é ter corpos móveis de bombeiros. Um carro de emergência que estará estacionado, tanto na cidade de Santana como na cidade de Guadalupe, para que esses carros façam a primeira intervenção, enquanto são chamados carros com maior capacidade dos quartéis de Mé-Zóchi e de Água Grande.

Em relação a Lembá e Caué, particularmente Lembá, vou falar de Lembá, quando entramos, havia recebido um carro de Bombeiro de oferta, que estava algures. Conseguimos localizar o carro, levamo-lo para recuperação em CIM e o colocamos na Câmara Distrital de Lembá, mas Lembá tem uma outra vantagem. Há uma grande empresa sedeadada em Neves que tem dois carros de bombeiros novos. Esses carros, por falta de pessoal, não têm estado a prestar serviço. O que estamos a tentar fazer é ter com a empresa um protocolo de cooperação, porque a câmara também tem pessoal formado, colocar esse pessoal à disposição dessa empresa, para poder usar os carros em caso de incêndio, naquele distrito. Mas Lembá e Caué são dois distritos cujo índice de incêndio é baixo e em relação a Caué é quase nulo. No distrito de Lembá, há alguns riscos, mas os incêndios são localizáveis.

Gostaria de deixar a garantia de que em Santana vai estar um carro para primeira intervenção e em Guadalupe também, mas esses carros não estariam sedeados só na cidade de Santana. Estaria hoje na cidade de Santana, amanhã em Ribeira Afonso e depois desceria outra vez para Santana. É nos locais de maior risco possível que esses carros vão estar constantemente presentes, para que o atendimento de casos de intervenção seja mais rápido.

Há uma questão que o Sr. Presidente levantou que me preocupa também. Muitas vezes, eu tomo conhecimento através das antenas da TVS e da Rádio que se vai mandar tantos jovens para formação na área de bombeiros. Isso tudo acontece por falta de legislação, porque não se pode estar a formar bombeiros sem que o serviço nacional tenha responsabilidade ou tenha dado alguma orientação para o que se pretende. Não podemos estar a formar por formar, porque há vários tipos de formações na área, vários tipos de especialidade na área de bombeiros, que nos obriga a direccionar a formação, de acordo com as características de cada distrito. Por isso, chamamos atenção às câmaras que, no âmbito do que têm que fazer, que informem o Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, porque nessa equipa deve integrar um responsável do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros que se iria responsabilizar pela formação desse grupo de pessoas, que serão colocadas. Por isso, os corpos de bombeiros que denominamos de bombeiros móveis, vão estar na cidade de Santana e de Guadalupe, vão ter um responsável do Serviço Nacional de Bombeiros, mas a equipa será da Câmara Distrital.

Portanto, não está em causa a possibilidade de darem os seus préstimos.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD):— Sr. Presidente, também estendo a minha voz para felicitar o Sr. Ministro e a sua equipa, mas achei a parte final da intervenção do Sr. Ministro um bocado caricata, por exemplo, ter um carro em Cantagalo, que hoje está em Ribeira Afonso, amanhã em Santana e depois noutra sítio. Pode acontecer que no dia que o carro estiver em Ribeira Afonso dá-se um incêndio em Santana e no dia que estiver em Santana dá-se um incêndio em Ribeira Afonso. Acho que se deveria encontrar um meio-termo, em Água Izé ou um outro sítio, em que o carro esteja em condições de servir os dois lados, sem que haja essa situação. Permita-me, talvez por desconhecimento faço essa sugestão.

O Sr. **Presidente**:— No cumprimento ainda da preocupação do Sr. Deputado Jorge Correia, vamos criar um problema de logística. Como podemos ter um carro que esteja sempre a deslocar? Como será o alojamento de todo o pessoal de logística, o pessoal operativo, durante a noite? Será que o Ministério prevê criar uma concentração em todas as zonas ou os senhores terão que alojar-se nos carros? Eu não consegui entender se é o carro que vai para as zonas e cada um vai para a sua casa e quando há incêndio tem que correr e pegar no carro. Não entendi isso, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Sr. Ministro, agora veio-me uma ideia de solicitar Vossa Excelência sobre o plano nacional de catástrofe. Posso falar disso, porque estive no governo e na altura acompanhei, com um parceiro de desenvolvimento, nomeadamente o PNUD, a criação desse plano. Eu falo isso porquê? Porque falou-se cá da questão de urbanização arbitrária e posso falar também

do fenómeno das mudanças climáticas que tem provocado erosão costeira e não só, mas ainda continuamos a assistir concidadãos nossos a construírem em locais inseguros, digamos na costa marítima, ou seja, junto ao leito dos rios. Quem vai para Pantufo, ainda vê uma construção que se está a erguer mesmo na curva, perto a escola de Ganda, uma construção de madeira. Portanto, na qualidade de membro do Governo e titular dessa área, gostaria de saber se existe esse plano ou se está pelo menos na sua fase de maturação e que medidas o Governo tem tomado, antes que exista esse plano, para mitigar essas falhas, em termo, de construção e as vezes construção frágil, quer dizer, de madeira e ainda que seja de betão, porque quando se constrói perto da foz do rio, amanhã ou depois poderá haver uma cheia que não espera e leva tudo. Acho que é também de seu pelouro ver esta questão, independentemente da questão dos incêndios.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. **Ministro de Administração Interna**:— Obrigado Sr. Deputado Fernando Maquengo. Eu começaria pela sua preocupação, só para lhe dizer que é verdade que já havia um trabalho iniciado desde 2013 sobre a elaboração de um plano de contingência e plano nacional de combate às catástrofes. Infelizmente, como sabe também, o PNUD na altura exigiu ao governo o funcionamento do chamado CONPREC (Conselho Nacional de Prevenção de Catástrofe) que na altura, o anterior governo, havia pura e simplesmente, ignorado a existência do CONPREC, e o que fizemos foi cumprir uma orientação do PNUD, para reactivar esse conselho e iniciar os trabalhos que já haviam sido iniciado em 2013.

Posso-lhe dizer que esse plano de contingência e tanto de emergência estão já em elaboração, o PNUD lançou um concurso sobre essa questão e, como sabe, é o PNUD que quase dirige esse tipo de trabalho, por causa dos financiamentos que são postos à disposição do PNUD, em colaboração com a Direcção de Ambiente. E já estamos na parte final da conclusão desse plano, como também na conclusão da construção e instalação dum centro de alerta dos serviços de meteorologia, que já estão na fase final e só faltam os elementos de comunicação. No CONPREC também já temos todo o sistema informático instalado e só falta a parte das comunicações que seriam instalados nos carros dos bombeiros e no Centro Nacional de Protecção Civil. Esses trabalhos já estão na sua fase final e assim é um trabalho que tem sido liderado pelo PNUD, através do projecto de mudanças climáticas.

Também em relação às zonas de grande risco, com certeza é do seu conhecimento que existe um trabalho de mapeamento concluído. Temos uma cartografia, pode-se dizer, daquilo que são zonas de grandes riscos. Foram identificadas algumas zonas e neste ano incluímos também como zona de risco uma comunidade do Distrito de Lobata, quem conhece sabe que aquela comunidade está em perigo, a comunidade de Água Coimbra, e também faz parte desse plano. Assim, estamos a trabalhar em colaboração com a Direcção-geral de ambiente e o PNUD, na conclusão desse trabalho. Eu acho que todo o ano de 2016, no primeiro trimestre, esses trabalhos todos estarão concluídos.

Em relação a outra questão levantada pelo Sr. Deputado Jorge Correia, gostaria de lhe dizer que não somos bruxos e não podemos prever onde é que vai haver incêndio, mas o que fizemos é um trabalho de prevenção, porque podemos estar em Santana todos os dias, podemos estar em Água Izé, podemos estar em Ribeira Afonso e não haver nada de incêndio. O que tentamos fazer é estar muito mais perto das possíveis zonas de riscos. Para nós, Ribeira Afonso e Santana são zonas de maior risco e, por isso, é que devemos estar um ou dois dias aí, dependendo dos serviços de bombeiros e da análise que os serviços de bombeiros fazem em relação ao risco que cada localidade apresenta.

Agora, em relação à permanência da equipa, geralmente por norma temos seis a nove homens por cada viatura. E sabe que nos distritos e particularmente em Santana temos um Comando Distrital da Polícia e esses bombeiros vão estar sedeados no Comando Distrital da Polícia, porque não existem instalações para os bombeiros. Portanto, qualquer serviço que precisa da intervenção de bombeiros comunica o Comando Distrital da Polícia de Cantagalo que imediatamente acciona o carro de bombeiros que está lá com os homens devidamente instalados, para dar respostas. E é isso que vamos fazer.

Como vêem, no orçamento, temos aquisição de vários materiais de aquartelamento como camas, colchões, que vamos colocar, temos uma esquadra da polícia que construímos em Ribeira Afonso, em que vamos colocar as condições. Os bombeiros, quando estiverem em Ribeira Afonso, estarão sob a responsabilidade da esquadra de Ribeira Afonso e quando estiverem em Santana estarão sob a responsabilidade do comando distrital de Santana. E é isso que vamos fazer.

O Sr. **Presidente**:— Acho que já passou a hora de terminarmos a discussão na especialidade do orçamento do Ministério da Administração Interna. Obrigado Sr. Ministro pela disponibilidade.

Só para comunicar aos Srs. Deputados que há uma ligeira alteração nos trabalhos de amanhã. Iremos discutir as áreas sociais, que são os Ministérios da Saúde, da Educação, Cultura e Ciência, da Juventude e Desporto, de Emprego e Assuntos Sociais. Das 10 às 11 horas deveríamos receber o Ministério da Educação, mas passará a ser das 11 às 12 horas. Das 9 às 10 horas teremos o Ministério da Saúde, das 12 às 13, Ministério da Juventude e Desporto e das 13 e 30 às 14 e 30, o Ministério de Emprego e Assuntos Sociais. Por imperativo do tempo, fomos forçados a ajustar a agenda.

Está encerrada a reunião.

Eram 14 horas e 50 minutos.